

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.393 - BA (2019/0297668-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ONILDE CAVALCANTE DE ANDRADE CARVALHO E OUTRO
ADVOGADOS : ONILDE CAVALCANTE DE ANDRADE CARVALHO - BA043447
IGOR DOS SANTOS LACERDA TEIXEIRA - BA041679
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : GENIVALDO MELO DO DESTERRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de GENIVALDO MELO DO DESTERRO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (Apelação n. 0000304-69.2007.8.05.0250).

Infere-se dos autos que o paciente foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 121, *caput*, do Código Penal (homicídio), às penas de 7 anos de reclusão em regime inicial semiaberto.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, o qual negou provimento ao recurso, em acórdão que restou assim ementado, *in verbis* (fls. 25/26):

APELAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA. PENAL E PROCESSO PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. APELANTE CONDENADO, COMO INCURSO NAS SANÇÕES DO ARTIGO 121, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL, À SEGUINTE REPRIMENDA: 7 (SETE) ANOS DE RECLUSÃO, EM REGIME INICIAL SEMIABERTO.

PRETENSÕES RECURSAIS:

1) PRELIMINAR DE NULIDADE POR TER UM DOS JURADOS INTEGRADO CONSELHO DE SENTENÇA NOS 12 (DOZE) MESES QUE ANTECEDERAM A PUBLICAÇÃO DA LISTA GERAL. REJEIÇÃO. DEFESA QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE COMPROVAR A NULIDADE ARGUIDA, POIS TAMPOUCO INDICOU QUAL JURADO TERIA PARTICIPADO DE OUTRO JÚRI SEM OBSERVÂNCIA DO PRAZO LEGAL. ARGUIÇÃO GENÉRICA E VAZIA, SEM A DEMONSTRAÇÃO DO EFETIVO PREJUÍZO. DIVULGAÇÃO DA LISTA GERAL DE JURADOS PÚBLICA E REALIZADA COM ANTECEDÊNCIA, O QUE PERMITE A PRÉVIA VERIFICAÇÃO DE EVENTUAL IMPEDIMENTO DE

Superior Tribunal de Justiça

INTEGRANTE DO CONSELHO DE SENTENÇA E ARGUIÇÃO DA NULIDADE EM PLENÁRIO, SOB PENA DE PRECLUSÃO. PRECEDENTES DO STJ.

2) PRETENDIDA A REALIZAÇÃO DE NOVO JÚRI EM DECORRÊNCIA DE DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. IMPROCEDÊNCIA. TESE ACOLHIDA PELO CONSELHO DE SENTENÇA QUE POSSUI AMPARO NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO, O QUAL DEMONSTRA A MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS, BEM COMO AFASTA A LEGÍTIMA DEFESA ALEGADA. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS QUE SE IMPÕE.

3) PLEITO DE RETIFICAÇÃO DA DOSIMETRIA DA PENA, SOB O FUNDAMENTO DE QUE TERIA HAVIDO INJUSTIÇA NO TOCANTE À APLICAÇÃO DA REPRIMENDA. DESCABIMENTO. MAIOR GRAU DE REPROVABILIDADE DA CONDUTA POR SE TRATAR O APELANTE DE POLICIAL MILITAR, QUE PRATICOU HOMICÍDIO FORA SE SERVIÇO COM ARMA DA POLÍCIA MILITAR. IDADE DA VÍTIMA (26 ANOS) QUE JUSTIFICA A VALORAÇÃO NEGATIVA DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. MOTIVAÇÃO CONCRETA E IDÔNEA PARA EXASPERAR A REPRIMENDA BASILAR. PRECEDENTES. PENA IMPOSTA MANTIDA.

4) POSTULAÇÃO SUBSIDIÁRIA DE MANUTENÇÃO DO APELANTE NO CARGO PÚBLICO (POLICIAL MILITAR). INACOLHIMENTO. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS ESFERAS JUDICIAL E ADMINISTRATIVA. APELANTE CONDENADO A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE SUPERIOR A 4 (QUATRO) ANOS. APRESENTADA FUNDAMENTAÇÃO ESPECÍFICA E CONCRETA PARA A PERDA DO CARGO. POLICIAL MILITAR QUE TEM A OBRIGAÇÃO DE PRESERVAR A ORDEM PÚBLICA E A INCOLUMIDADE DAS PESSOAS, O QUE É INCOMPATÍVEL COM A PRÁTICA DE HOMICÍDIO.

5) EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. DETERMINAÇÃO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PARA EFETUAR A DETRAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA REVOGADA ANTES DE EFETIVADA A PRISÃO DO RECORRENTE (FLS. 501/502 DOS AUTOS DIGITAIS). FIXADA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM REGIME INICIAL SEMIABERTO. MANTIDA A CONDENAÇÃO POR ESTE ÓRGÃO AD QUEM, COM FULCRO EM DECISÕES PARADIGMÁTICAS PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DEVE A EXECUÇÃO DA PENA IMPINGIDA AO APELANTE SER, DE LOGO, INICIADA. PRECEDENTES DO STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA QUE DEVE SER OBSERVADA E CUMPRIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM.

APELAÇÃO CONHECIDA E, AFASTADA A PRELIMINAR ARGUIDA, IMPROVIDA.

Superior Tribunal de Justiça

No presente *mandamus*, a defesa sustenta que o paciente cumpre pena no regime fechado desde o dia 13/09/2019 de forma cautelar e em regime diverso do que foi condenado. Aduz a ilegalidade do cumprimento de pena em regime mais gravoso do que o condenado.

Afirma que foi determinada a execução provisória da pena em regime mais gravoso.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a determinação da execução provisória da pena no regime semiaberto ou, na impossibilidade, a soltura do paciente.

É o relatório. Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

